

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

Contratação de **empresa especializada** para a **execução contínua de serviços de manutenção civil e manutenção das áreas verdes** das barragens **São Pedro, João Penido e Chapéu D'Uvas**, localizadas no município de **Juiz de Fora/MG** e **Ewbank da Câmara**, operadas pela **Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA**.

### 2. JUSTIFICATIVAS

2.1 A contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção civil e manejo das áreas verdes nas Barragens de São Pedro, João Penido e Chapéu D'Uvas justifica-se pelo atendimento às exigências da Lei nº 12.334/2010 (Política Nacional de Segurança de Barragens) e às normas do IGAM, que impõem ao empreendedor a responsabilidade pela manutenção contínua da integridade estrutural e operacional das barragens. Junto disto, a construção de uma cultura organizacional pautada pelo planejamento e eficiência e a melhoria da estrutura física de suas instalações.

2.2 O sistema de mananciais com barramentos operados pela Cesama, é composto por 03 (três) unidades: Barragem de São Pedro, Barragem Dr. João Penido e Barragem de Chapéu D'Uvas. Pautado na necessidade contínua de reparos e melhorias, apresenta-se neste Termo de Referência ações para manutenção preditiva, preventiva e corretiva, visando o aumento na eficiência dos processos operacionais e redução da manutenção corretivas nestas instalações em geral em menor prazo e custo, trazendo melhorias e qualidade dos serviços oferecidos pela CESAMA, bem como economicidade do erário público;

### **Objetivos Alcançados com a Manutenção Civil e das Áreas Verdes Executada de Forma Contínua e Assertiva**

#### **1. Preservação da Estabilidade Estrutural**

Redução da evolução de erosões, infiltrações superficiais e degradações que

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9200

**Missão** - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

podem comprometer a integridade do maciço e das estruturas hidráulicas.

**2. Detecção Precoce de Anomalias**

Manutenção da visibilidade total dos taludes e dispositivos, permitindo identificação imediata de trincas, surgências, recalques ou processos erosivos incipientes.

**3. Redução do Risco em Eventos Extremos**

Estruturas drenantes desobstruídas e taludes conservados aumentam a resiliência da barragem frente a chuvas intensas e elevação do nível do reservatório.

**4. Conformidade Regulatória Permanente**

Atendimento às exigências da Lei nº 12.334/2010 e às normas do IGAM, reduzindo risco de autuações, apontamentos e elevação da classificação de risco.

**5. Prolongamento da Vida Útil das Estruturas**

A manutenção preventiva reduz intervenções corretivas de maior porte e custos elevados no futuro.

**6. Proteção do Interesse Público**

Garantia da segurança da população a jusante e da continuidade do abastecimento hídrico municipal.

2.3 Esta contratação refere-se à aquisição de objeto de natureza comum, cujo padrão de desempenho e qualidade é objetivamente definido por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, enquadrando-se no art. 32, inciso IV da Lei Federal nº.13.303/16, a saber, a modalidade pregão.

2.4 Trata-se de Serviço Comum de Engenharia, que tem por objeto ações objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, relativas à manutenção, adequação e adaptação de bens, com preservação das características originais das estruturas, sendo cabível a adoção do pregão eletrônico com fundamento na Lei Federal nº 13.303/2016, especialmente em seu art. 32, inciso IV, bem como no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CESAMA.

2.4.1. Trata-se de contratação de serviços de engenharia, conforme entendimento do

IBRAOP – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas em sua Orientação Técnica nº IBR-002/2009, que define e exemplifica:

*“Item 4: Serviço de Engenharia é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento. (...)”*

*Item 6.1: Conservação, reparação ou manutenção de:*

*Edificações; Vias Públicas; Rodovias; Ferrovias; Aeroportos; Portos; Hidrovias; Canais; Usinas hidrelétricas, termoeletricas, eólicas e nucleares; Barragens; Açudes; Gasodutos e oleodutos; Pontes e Viadutos; Túneis; Galerias; Adutoras, estações de tratamento e redes de distribuição de água; Redes e sistemas de tratamento de esgoto, Redes de drenagem e irrigação; Linhas de transmissão, redes de distribuição e subestações de energia elétrica; Muros de arrimo e obras de contenção; Refinarias, plataformas de prospecção e exploração de petróleo.*

*6.2. Conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparo, adaptação, manutenção nas atividades desenvolvidas em:*

*Sistemas de alarmes em edificações; sistemas de combate à incêndio; sistemas de ventilação e exaustão; sistemas de climatização e ar condicionado; elevadores e escadas*

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9200

**Missão** - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

*rolantes; sistemas de telefonia e comunicação de dados; sistemas de supervisão e automação predial; instalações elétricas, de iluminação, hidrossanitárias, de águas pluviais, de sonorização ambiente, de comunicação e dados; sistemas de controle de acesso ou circuito fechado de televisão; sistemas de proteção contra descargas atmosféricas; Demolições e implosões; Sinalização horizontal e vertical de vias públicas, rodovias, ferrovias e aeroportos; Paisagismo; Sistemas de tratamento de resíduos sólidos, incluindo aterros sanitários e usinas de compostagem.*

*6.3. As atividades relacionadas a seguir também enquadram-se como Serviços de Engenharia:*

*Estudos de Viabilidade técnica e econômica; Elaboração de Anteprojeto, Projeto Básico, Projeto Executivo; Estudos técnicos; Pareceres; Perícias e avaliações; Assessorias ou consultorias técnicas; Auditorias de Obras e Serviços de Engenharia; Fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços.”*

Dessa forma, as atividades, objeto do certame, devem se limitar aos serviços de manutenção, não devendo, salvo casos excepcionais, serem utilizados recursos e materiais na realização de obras de engenharia.

2.4.2. Como este objeto tem como finalidade a contratação de manutenções – nas quais o emprego de mão de obra e equipamentos prepondera sobre a aplicação técnica, e é possível a adoção de critérios objetivos de contratação e não haja necessidade de exigências de qualificação técnica específicas, o objeto é caracterizado como serviço comum de engenharia, ensejando, obrigatoriamente, a adoção da modalidade de pregão eletrônico, em consonância com Súmula nº 257 do Tribunal de Contas da União, e com elucidativo excerto do Acórdão nº 2.079/2007 do Plenário do TCU:

**Companhia de Saneamento Municipal – Cesama**  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9200

**Missão** - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

*“43. Convém que se tenha em mente, desde logo, que o objeto licitado no Pregão nº 13/2007 refere-se a serviços de engenharia, segundo a conceituação doutrinária que assim classifica as atividades do ramo nas quais o emprego de mão-de-obra e equipamentos prepondera sobre a aplicação técnica. Cai por terra, portanto, o pressuposto da peça inicial de que os serviços de escavação e remanejamentos se constituem de uma obra, na acepção exata do vocábulo.*

*44. Aliás, quase nunca, no cotidiano ou mesmo nos instrumentos jurídicos, existe, salvo se houver tal preocupação, o rigor terminológico dos livros de engenharia. Por essa razão, não se é de estranhar que em cláusulas editalícias esparsas e outros documentos os serviços de escavação e de remanejamentos, como apontado na representação, tenham sido chamados de obras, embora formalmente não o sejam.”*

2.5 Quanto a unidade do objeto, é cediço que a regra é o parcelamento do objeto, de que trata a Súmula 247 do TCU, cujo objetivo é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, mas é imprescindível que se estabeleça que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável. Do contrário, existindo a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido, não há razão em fragmentar inadequadamente os serviços a serem contratados, como a contratação em tela;

2.5.1. Não verificada a coexistência das premissas lançadas nesta contratação, viabilidade técnica da divisão e benefícios econômicos que dela decorram, como abaixo exposto, sendo o melhor encaminhamento no sentido de que o objeto, nos moldes descritos no Edital, possa ser licitado de forma global, visto que os elementos técnicos e econômicos do caso concreto condizem com o seu não-parcelamento, senão vejamos:

a) O Pregão Eletrônico em tela refere-se a uma contratação de serviços sem dedicação exclusiva de mão-de-obra com objetivo primordial de reparos, ou seja, objeto complexo que deve ser prestado com eficiente gestão para operacionalizá-lo com o menor dispêndio de recursos, o que justifica a impossibilidade de considerar diversas contratações isoladas, o que dificultaria planejamento; coordenação e controle da contratação se forem inúmeras medições separadas para uma localização atendida; fiscalizações; gerenciamentos; aferição do cumprimento dos resultados por empresa; medição do nível de desempenho para adequação do pagamento (conforme Política de Gestão dos Serviços Terceirizados); bem como inviabilizaria a centralização da responsabilidade em uma única empresa CONTRATADA, a qual é mais adequada não apenas em vista do acompanhamento de problemas e soluções, mas mormente em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado. Portanto, o envolvimento de vários contratados para se atingir uma finalidade institucional deixaria de garantir o melhor desempenho e assim poderia deixar de atender o interesse público pelas razões expendidas. Portanto, ainda que teoricamente viável adivisão, não seria econômica e tecnicamente viável, podendo haver inclusive perda de escala e do melhor aproveitamento do serviço a ser contratado;

b) Por outro lado, não há vistas de que haveria ganhos significativos com o parcelamento do objeto, pois, o mercado da área de atuação, de serviços gerais de engenharia, e dentre estes, as manutenções, é aderente às soluções globais e contemplando ainda esse edital a possibilidade de subcontratação que poderá ser admitida em até 30% (trinta por cento), atendidos os pressupostos do caput e incisos do art. 78 da Lei 13.303/2016. Pretende-se então, favorecer a economia de escala, visto que usualmente as empresas do ramo já contam com a solução global, e podem, se atendidos requisitos legais, subcontratar parcialmente, favorecendo a economicidade da contratação;

c) Portanto, não há a demonstração robusta de que o aumento do esforço de gerenciar mais de um contrato com riscos de interoperabilidade, seria compensado com o ganho decorrente de competitividade, a Administração visando a economicidade, alcançar a metodologia de

medição dos serviços, constituir eficiente gestão e fiscalização, manter a competitividade da licitação com especificações usuais de mercado e a simplificação do modelo de execução do contrato com fiscalização e garantia do melhor desempenho, a adjudicação deve ser global, conforme o razoável balizamento do não-parcelamento do objeto fundado em vantagens econômicas e técnicas, aqui expostas.

Considerando a enorme diversidade de serviços necessários e não passíveis de conhecimento prévio para manutenção das áreas das brragens, optou-se por adotar planilha de serviços estimados tendo como referência a Tabela SINAPI (MG), vigente na data de orçamento – janeiro/2026 Onerado, que contemplará os serviços de engenharia previstos.

2.6. Atendendo ao disposto no Decreto 7983/2013 (critérios para orçamento de referência) e na Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) a CAIXA disponibiliza no Sistema SINAPI relatórios com referências de preços de insumos e de custos de composições de serviços;

2.6.1 O Decreto 7983/2013 estabelece as atribuições da CAIXA e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE na gestão do SINAPI, sendo a CAIXA responsável por toda base técnica de engenharia, pelo processamento de dados e publicação dos relatórios de preços e custos, enquanto o IBGE atua na realização da pesquisa de preço, tratamento dos dados, formação e divulgação dos índices.

2.7. A amplitude dos serviços comuns, previstos na referida planilha, possibilitará a emissão de Ordens de Serviço Qualificadas, ou seja, com detalhamento específico de cada demanda, evitando assim o extrapolamento de quantitativos ou necessidade de utilização de itens não previstos no Edital para garantir a conclusão dos serviços de manutenção.

2.8 Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Termo de Referência, entende-se que é conveniente a **vedação** de participação de empresas em “consórcio” neste certame.



2.9 Em atendimento ao Parecer Jurídico nº 162/2026 - PRJ/CESAMA, fica registrada a justificativa técnica de planejamento da contratação. A necessidade administrativa encontra-se caracterizada pela recorrência dos serviços de manutenção civil e de conservação das áreas verdes nas barragens operadas pela CESAMA, ativos críticos vinculados à segurança de barragens, à continuidade do abastecimento público e ao atendimento das exigências da Política Nacional de Segurança de Barragens, normas do IGAM, Plano de Segurança de Barragens, Relatórios de Inspeção de Segurança Regular e demais instrumentos de gestão operacional.

2.9.1 Considerando que o objeto envolve serviços comuns de engenharia, de natureza contínua, recorrente e objetivamente especificável por meio de Caderno Técnico, Planilha Orçamentária, composições de custos e Ordens de Serviço Qualificadas, entende-se que os elementos técnicos constantes deste Termo de Referência, seus anexos, orçamento, curva ABC, cronograma e especificações são suficientes para caracterizar a solução pretendida.

2.9.2 A contratação dos serviços de manutenção civil e das áreas verdes preserva a unidade de comando, reduz interfaces contratuais, melhora a rastreabilidade das responsabilidades, facilita a gestão em áreas sensíveis de barragens. A solução também contribui para a resposta tempestiva a demandas de segurança, especialmente quando a conservação vegetal, a drenagem superficial, os acessos e as pequenas intervenções civis estiverem funcionalmente relacionados.

2.9.3 A execução conjunta dos serviços de manutenção civil e manutenção das áreas verdes decorre da necessidade de integração operacional das atividades desenvolvidas nas barragens operadas pela CESAMA, considerando a interdependência entre os serviços, a necessidade de coordenação única das frentes de trabalho, a padronização dos procedimentos operacionais, o controle centralizado da fiscalização e a preservação das condições de segurança, acesso, conservação e funcionalidade das estruturas.

A opção adotada não possui qualquer relação com o regime de contratação integrada previsto no art. 42, inciso VI, da Lei Federal nº 13.303/2016, não havendo transferência à contratada da responsabilidade pela elaboração de projetos básico ou executivo, tampouco delegação de soluções de engenharia complexas incompatíveis com a natureza do objeto.

O objeto caracteriza-se como serviço comum de engenharia, executado sob regime de empreitada por preço unitário, com especificações técnicas previamente definidas pela CESAMA no Termo de Referência, Caderno Técnico, Planilha Orçamentária e demais documentos integrantes do processo.



A execução conjunta decorre exclusivamente da impossibilidade prática e operacional de fragmentação das atividades de manutenção, uma vez que os serviços possuem natureza complementar e interdependente, demandando planejamento integrado, mobilização coordenada de equipes, racionalização logística, uniformidade de procedimentos e responsabilidade única pela execução contratual.

### 3. RECURSOS FINANCEIROS

3.1 Os recursos financeiros necessários aos pagamentos do objeto desta licitação são oriundos da CESAMA.

### 4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1 Serviços de manutenção civil e de áreas verdes nas unidades de Barramentos operados pela CESAMA na cidade de Juiz de Fora/MG e Ewbank da Câmara, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra;

4.2 Todo o escopo de fornecimento de serviços com materiais e insumos se encontra no ANEXO I – CADERNO TÉCNICO - ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇOS.

### 5. VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS

#### 5.1 Justificativa para a publicidade do valor

5.1.1 Justifica-se a publicidade por se tratar de serviço comum de engenharia, sendo modalidade **empreitada por preço unitário** e julgamento pelo **maior percentual de desconto único**, que incidirá linearmente sobre a planilha de orçamento.

5.1.1.1 Conforme art. 31, §2º da Lei nº 13.303/16 e Manual de Planejamento das Contratações (parte integrante do RILC), o orçamento de referência do custo global de obras e serviços de engenharia foi obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes preferencialmente no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) ou cotação de mercado, nesta ordem. Para compor a planilha foram utilizadas as seguintes bases para os preços de referências:

- SINAPI\_MG\_2026\_02
- DNIT\_10\_2025
- SETOP LESTE\_2025\_10
- SUDECAP\_2025\_10

NOTA: Nos termos da Lei nº 13.303/2016, especialmente quanto à necessidade de estimativa de custos baseada em critérios técnicos, fontes referenciais idôneas, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, adotou-se como premissa prioritária a utilização dos sistemas oficiais de custos referenciais, notadamente o SINAPI e o SICRO, sem prejuízo da utilização complementar de bases públicas regionais reconhecidas quando inexistente composição correspondente ou tecnicamente equivalente nos sistemas principais.

Entretanto, verificou-se que determinados itens e serviços constantes da planilha orçamentária não possuem correspondência direta ou equivalente técnico nos referidos sistemas, seja por especificidades construtivas, características regionais, metodologias executivas diferenciadas ou grau de especialização dos serviços.

Diante dessa lacuna, e com fundamento nos princípios da razoabilidade, eficiência e economicidade, procedeu-se à adoção subsidiária de referenciais de preços provenientes de bases públicas regionais reconhecidas, tais como o SETOP Leste e a SUDECAP, as quais apresentam composições compatíveis com a realidade local de mercado e com os serviços a serem executados.

Ressalta-se que a utilização desses referenciais ocorreu de forma complementar e justificada, observando-se os seguintes critérios técnicos:

Compatibilidade entre os insumos e serviços das composições adotadas e o objeto contratado;

Adequação às condições regionais de execução (logística, mão de obra e insumos);

Atualidade dos preços e coerência com o mercado local;

Manutenção da metodologia de composição analítica de custos, assegurando transparência e rastreabilidade.

Adicionalmente, destaca-se que, na ausência de referência nos sistemas principais, a utilização de bases alternativas encontra respaldo na jurisprudência dos órgãos de

controle, desde que devidamente motivada e tecnicamente fundamentada, conforme realizado no presente caso.

Por fim, reafirma-se que a adoção dos referenciais complementares não compromete a fidedignidade do orçamento, ao contrário, contribui para maior precisão na estimativa dos custos e aderência à realidade de execução do empreendimento.

5.1.1.2 A adoção de **BDI único** para a planilha orçamentária justifica-se pela natureza integrada do objeto, que consiste na execução contínua de serviços de manutenção civil e manutenção de áreas verdes em barragens, sob regime de empreitada por preço unitário.

No presente caso, **não há fornecimento autônomo de materiais, insumos ou equipamentos**. Todo fornecimento previsto na planilha está necessariamente vinculado à execução de uma atividade específica, mediante Ordem de Serviço emitida pela CESAMA, sendo aplicado, utilizado ou mobilizado exclusivamente como meio necessário à realização dos serviços contratados.

Dessa forma, os materiais, equipamentos, ferramentas, logística, transporte, mão de obra, administração local, segurança do trabalho e demais insumos operacionais compõem uma solução única de execução, não configurando parcelas independentes de aquisição ou fornecimento isolado.

A adoção de BDI único preserva a uniformidade da metodologia orçamentária, facilita a aplicação do desconto linear ofertado pela licitante, assegura isonomia entre as propostas e permite maior objetividade na medição e fiscalização dos serviços efetivamente executados.

Ressalta-se que a CESAMA somente remunerará os quantitativos efetivamente executados, medidos e aceitos pela fiscalização, inexistindo obrigação de execução integral do valor estimado. Eventuais serviços, materiais ou parcelas não executados, não comprovados ou em desconformidade com o Termo de Referência, Caderno Técnico e Planilha Orçamentária serão objeto de glosa.

Assim, considerando que os fornecimentos previstos são acessórios e indissociáveis da execução dos serviços, e não aquisições autônomas, justifica-se técnica e juridicamente a adoção de **BDI único** para a totalidade da planilha orçamentária, sem prejuízo do controle de economicidade e da fiscalização contratual.

## 5.2 Valor do Serviço

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9200

**Missão** - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

5.2.1 O valor total estimado para contratação é de **4.594.744,80 (quatro milhões, quinhentos e noventa quatro mil, setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos)**.

5.2.2 A planilha orçamentária e o cronograma físico-financeiro encontram-se no ANEXO II e ANEXO III respectivamente.

## **6. MEDIÇÕES E PAGAMENTOS**

### **6.1 Das medições**

6.1.1. Os serviços serão executados a partir das Solicitação de Serviços pela CESAMA, análise da Previsão de Custos apresentada pela empresa e devidamente aprovada pela CESAMA, que emitirá a Ordem de Serviços;

6.1.2. Para cada Solicitação de Manutenção, feita pela fiscalização, a CONTRATADA apresentará em até 5 (cinco) dias a Previsão de Custos, contendo item, descrição, quantidade, unidade, preços unitários e total e prazo de execução do serviço, baseada em visita técnica in loco e diagnóstico, observadas as Especificações Técnicas – Caderno Técnico, constante no Anexo I e a Planilha Orçamentária Anexo II, **aplicados o BDI e o percentual de desconto linear oferecido no ato de apresentação da proposta;**

6.1.3. Os serviços serão iniciados mediante aprovação da Previsão de Custos e emissão da Ordem de Serviços, emitida em até 5 (cinco) dias por empregado a ser designado formalmente pela CESAMA, que ficará responsável, inclusive, pela gestão, fiscalização e aferição dos padrões de qualidade dos serviços executados;

6.1.4. No caso de execução de serviços não definidos inicialmente na Previsão de Custos aprovada pela CESAMA, a mesma comunicará formalmente à CONTRATADA que corrigirá as inconsistências apuradas;

6.1.5. As medições serão elaboradas mensalmente pelo Gestor do contrato designado pela CESAMA, e deter-se-ão sobre os serviços executados no período

correspondente ao dia 1º a 30 ou 31 de cada mês, para fins de registro contábil e pagamento, ou em outro período determinado pela CESAMA, de acordo com o Cronograma físico-financeiro;

6.1.6. As medições somente serão efetuadas se ocorrerem serviços no período supramencionado;

6.1.7. Serão medidos e quantificados os serviços solicitados pela CESAMA, bem como aqueles constatados em campo (aprovados pela CESAMA) e notificados à CESAMA durante sua execução. A fiscalização emitirá uma memória de cálculo com a identificação do local e descrição de cada serviço efetivamente executado. Desta forma, o boletim de medição identificará de forma clara todo o custo final apontado para a execução de cada tarefa, objeto de ordem de serviço anteriormente emitida;

6.1.8. Os serviços serão aceitos, medidos e faturados em estrita observância às quantidades efetivamente executadas, atendendo as condições estabelecidas na Descrição dos serviços ANEXO I – Especificações de Serviços;

6.1.9. Os trabalhos referentes às atividades de planejamento, programação, controle, gerenciamento e administração dos serviços, serão obrigatoriamente realizados pela CONTRATADA, obedecendo aos respectivos prazos de atendimento/execução e seus custos estão incluídos nos preços unitários dos serviços e bases operacionais;

6.1.9.1 A parcela referente à administração local será medida e paga exclusivamente de forma proporcional aos serviços efetivamente executados, medidos e aceitos pela fiscalização da CESAMA em cada período de medição, não sendo admitido pagamento fixo mensal ou automático pelo simples decurso do prazo contratual.

Para fins de apuração, será aplicado sobre o valor previsto para administração local na planilha contratual o mesmo percentual de avanço financeiro dos serviços executados no respectivo mês, condicionado à comprovação da efetiva mobilização da estrutura técnica e administrativa necessária à execução contratual.

Não havendo execução de serviços no período, não haverá medição ou pagamento de administração local. A fiscalização poderá glosar total ou parcialmente essa parcela

caso não sejam comprovadas a mobilização, o acompanhamento técnico, os registros de controle e a compatibilidade entre a administração local declarada e os serviços efetivamente executados.

6.1.10. As medições poderão ser efetivadas até dez dias do mês subsequente ao período considerado no item 6.1.5, data limite para emissão pela CESAMA da ordem de faturamento;

## **6.2 Dos pagamentos**

6.2.1. A CESAMA efetuará os pagamentos relativos aos compromissos assumidos, através de medição, 30 (trinta) dias após a apresentação e aceitação da Nota Fiscal / Fatura pelo departamento competente da CESAMA;

6.2.1.1. Caso o vencimento ocorra no sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo para a CESAMA, o pagamento será realizado no primeiro dia subsequente;

6.2.1.2. A Nota Fiscal Eletrônica – NF-e – deverá ser enviada para os e-mails [nfe@cesama.com.br](mailto:nfe@cesama.com.br), [lcunha@cesama.com.br](mailto:lcunha@cesama.com.br);

6.2.1.3. O pagamento só poderá ser realizado em nome da CONTRATADA e os boletos não poderão, em hipótese nenhuma, ser pagos em nome de outro beneficiário;

6.2.1.4. Na Nota Fiscal / Fatura deverão ser informados os números da licitação, e ou do Contrato e será contabilizada como investimento;

6.2.1.5. O pagamento será efetuado, através de depósito em conta bancária ou via TED (transferência eletrônica disponível), cujas tarifas extras correrão por conta da CONTRATADA;

6.2.2. Para efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar junto a Nota Fiscal:

a) Folha de Pagamento contendo nome do empregado, número da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, data de admissão e salário pago relativo aos empregados designados para a prestação dos serviços;

b) Apresentar cópia do contracheque e folha de ponto de cada empregado;

b.1) Terá força de contracheque o comprovante de depósito em conta bancária, aberta para esse fim em nome de cada empregado, com o consentimento deste, em estabelecimento de crédito próximo ao local de trabalho, conforme disposto no art. 464, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Devendo neste caso, apresentar FOLHA DE PAGAMENTO ANALÍTICA;

c) Arquivo de detalhamento da Guia do FGTS, onde consta o nome de todos os trabalhadores e valor recolhido de cada um, bem como o total da guia a ser paga e o comprovante de pagamento devido;

d) DARF Previdenciário, relativo aos empregados designados para trabalhar no serviço, objeto desta contratação, com devido comprovantes de pagamento;

e) Certidões atualizadas de regularidade junto ao INSS, ao FGTS e a Justiça do Trabalho;

f) Todas as comprovações deverão ser do período de referência ao pagamento.

6.2.2.1. Todos os valores apresentados deverão estar de acordo com o salário-mínimo da classe a que pertencer os empregados, sem o qual a CESAMA ficará inibida da quitação da Nota Fiscal / Fatura;

6.2.2.2. O recolhimento do INSS e do FGTS referente aos serviços deverá ser feito de forma individualizada, por tomador, e esta condição deverá ser comprovada mensalmente, a cada emissão de Nota Fiscal;

6.2.3. O pagamento SOMENTE será efetuado:

a) Após a aceitação da Nota Fiscal / Fatura;

b) Após o recolhimento pela adjudicatária de quaisquer multas que lhe

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9200



---

tenham sido impostas em decorrência de inadimplemento contratual;

c) Após o cumprimento do disposto no **item 6.2.2.**

6.2.4. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos tributos que incidirem sobre o objeto deste Termo;

6.2.5. Na hipótese de ocorrer atraso no pagamento da Nota Fiscal / Fatura por responsabilidade da CESAMA, a mesma se compromete a aplicar, conforme legislação em vigor, juros de mora sobre o valor devido “pro rata” entre a data do vencimento e o efetivo pagamento;

6.2.6. O CNPJ da CONTRATADA constante da Nota Fiscal / Fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório;

6.2.7. A CONTRATADA não poderá ceder ou dar em garantia, em qualquer hipótese, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos da contratação;

6.2.8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária;

6.2.9. A CESAMA poderá realizar o pagamento antes do prazo definido no item 6.2.1, através de solicitação expressa do fornecedor, que será analisada pela Gerência Financeira e Contábil, de acordo com as condições financeiras da CESAMA. Havendo a antecipação do pagamento, o mesmo sofrerá um desconto financeiro, e o índice a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 1% (um por cento) “pro rata”;

6.2.10. A antecipação de pagamento só poderá ocorrer caso o serviço tenha sido executado;

6.2.11. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9200

simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade;

6.2.12. Será utilizado o Índice Nacional da Construção Civil (INCC) acumulado no período, como índice máximo para reajuste de preços nos contratos da CESAMA, quando couber, sendo todo o contrato reajustado pelo mesmo índice e com marco inicial para concessão do reajuste será a data base do orçamento (mar/2026).

6.2.13. Para o primeiro reajuste, o marco inicial para a concessão do reajustamento de preços é a data de elaboração do orçamento em (MARÇO/2026).

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Apresentar-se à CESAMA imediatamente após a assinatura do contrato para realização da primeira reunião com o departamento competente, devendo providenciar os seguintes documentos:

- a) Indicação formal do encarregado e do engenheiro responsável;
- b) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/MG.

7.2 Mobilizar-se para a composição das equipes, num prazo máximo de **15 (quinze) dias** após cumprimento das formalidades de assinatura do Contrato, no que diz respeito à frente de trabalhos, recursos humanos, veículos, materiais hidráulicos, equipamentos operacionais e de telecomunicação, ferramental, uniformes, EPI's e EPC's e sinalização;

7.3 Executar o Contrato fielmente, conforme definido no Edital e seus anexos;

**7.3.1 Manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira exigidas no procedimento licitatório, devendo apresentar, sempre que solicitado pela CESAMA, a documentação comprobatória pertinente, em atendimento ao art. 101, inciso XV, do RILC.**

7.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

7.5 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CESAMA ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

7.5.1. Não caberão quaisquer ônus ou responsabilidades à CESAMA, nos casos de acidentes de trânsito envolvendo veículos disponibilizados para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

7.5.2. Reparar todos os danos e prejuízos que sua atividade possa ter causado à vida e ao ambiente, caso fique comprovada sua culpabilidade;

7.5.3. Ressarcir financeiramente a reparação de danos materiais e morais causados a terceiros, reclamados na justiça ou não, se comprovada sua culpabilidade;

7.5.4. Recuperar e/ou indenizar danos causados durante a execução das obras de sua responsabilidade, nos patrimônios da CESAMA, bem como das demais concessionárias de serviços (CEMIG, GASMIG, Operadoras de telefonia, Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador de Trânsito etc )

7.6 Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, substituindo, imediatamente, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem ao Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão da contratação;

7.7 Cumprir os prazos previstos em Edital ou outros que venham a ser fixados pela CESAMA;

7.8 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução dos serviços, objeto do contrato, durante toda a sua vigência, a pedido da CESAMA;

7.9 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação;

7.9.1 Providenciar, as suas expensas, o encaminhamento e o tratamento médico de seus empregados designados à execução dos serviços contratados, em caso de doença, acidentes de trabalho ou quaisquer outros acontecimentos desta natureza;

7.10 A CONTRATADA deverá encaminhar ao Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho da CESAMA, para o e-mail [smt@CESAMA.com.br](mailto:smt@CESAMA.com.br), em até **15 (quinze) dias** após a assinatura do contrato, os documentos abaixo relacionados, sem os quais a Ordem de Execução de Serviço não poderá ser emitida:

- a) Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR;
- b) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- c) Nome e telefone para contato do responsável pela Segurança e Medicina do Trabalho da CONTRATADA.

7.10.1 Recebida a documentação, o Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho da CESAMA comunicará ao gestor para que seja emitida a Ordem de Serviço;

7.10.2 Até a primeira medição contratual, a CONTRATADA deverá encaminhar ao Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho da CESAMA, para o e-mail [smt@CESAMA.com.br](mailto:smt@CESAMA.com.br), a documentação abaixo relacionada, sem a qual não será efetuado o pagamento:

- a) Cópia de Fichas de EPIs dos empregados na forma física ou eletrônica;
- b) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO de todos os empregados.

7.10.3 Havendo alteração na equipe de trabalho que atua na execução do objeto do Contrato, a CONTRATADA se obriga a apresentar à CESAMA os documentos relacionados no item 7.10.2, referentes ao empregado admitido e que irá compor a equipe de trabalho;

7.10.4 A cada renovação contratual, fica a CONTRATADA obrigada a reapresentar

a documentação relacionada no item 7.10.2;

7.11 Atender as normas e procedimentos vigentes, e/ou fornecidos pela CESAMA, observando sempre as versões atualizadas;

7.12 Fornecer todos os materiais e insumos necessários à execução dos serviços, os quais já possuem seus custos previstos nos preços unitários dos serviços;

7.13 Cumprir integralmente o disposto na Lei 6.514/77 e Portaria 3.214/78 e demais normas vigentes do Município, Estado e Federação com relação à Segurança e Medicina do Trabalho, fornecendo a seus empregados, número suficiente de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's) e de Sinalização;

7.14 A CONTRATADA deverá manter contato com todas as empresas concessionárias de serviços, sempre que suas atividades interferirem com os sistemas implantados, e buscar autorização, por parte do órgão gerenciador do trânsito, para executar serviços em vias públicas com linhas de ônibus e/ou elevado volume de tráfego de veículos, devendo cumprir demais legislações vigentes como sinalização em vias públicas, código de posturas etc.;

7.15 A CONTRATADA deverá manter atualizado cadastro de equipes de campo junto à CESAMA, contendo dados relativos a número de equipes em atividade, descrição das atividades de cada equipe, setorização das equipes;

7.16 Em situações excepcionais, face a sua urgência, gravidade ou vulto, mesmo que extrapole o horário normal de expediente, o Encarregado e/ou Engenheiros responsáveis deverão se fazer presentes;

7.17 A CONTRATADA será responsável pela substituição dos profissionais contratados caso estes não atendam às necessidades da CESAMA ou apresentem atitudes incompatíveis em sua postura profissional;

7.18 Cumprir e fazer seus empregados cumprirem todas as normas de segurança e medicina do trabalho;

7.19 Instruir seus empregados, usando treinamentos admissionais e periódicos além de outros meios, quanto às precauções a tomar para evitar acidentes do trabalho, doenças ocupacionais e fadiga;

7.20 Não permitir o acesso às áreas de trabalho de empregados trajando roupas inadequadas ou sem equipamentos de proteção individual;

7.21 Constituir e manter a CIPA (ou designado) ou Comissão Interna de Prevenção de Acidente e o SESMT obedecendo a normas específicas;

7.22 Fornecer todos os equipamentos de proteção necessários (priorizando os coletivos ante os individuais) e treinar os trabalhadores sobre o uso e limitações;

7.23 Realizar os exames médicos previstos em lei com a devida periodicidade;

7.24 Comunicar formalmente à Segurança e Medicina do Trabalho da CESAMA acidentes e doenças relacionadas ao trabalho com as devidas providências tomadas para correção das causas;

7.25 Comunicar oficialmente a CESAMA a ocorrência de incidentes (quase acidentes potenciais, acidentes com danos materiais etc.).

7.26 Manter equipamentos de trabalho adequados e com manutenção realizada operados por trabalhadores treinados em seu uso;

7.27 Informar à CESAMA se aplicável os produtos químicos utilizados no processo mantendo cópias das FISPQ nos locais de trabalho para consultas pela CESAMA;

7.28 Manter os rótulos dos produtos utilizados afixados em seus recipientes, assim como gerar orientação formal sobre condições seguras de armazenamento (reações químicas, Inflamabilidade, quedas etc.);

7.29 Realizar o pagamento de adicional de insalubridade pelo local de execução

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9200

e/ou pelas atividades propriamente ditas;

7.30 Cumprir a legislação de segurança em instalações e serviços em eletricidade - NR-10, não permitir a realização de atividades que envolvam risco elétrico por pessoa não autorizada; (quando aplicável);

7.31 Cumprir legislação aplicável a NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho;

7.32 Cumprir a legislação de trabalho em espaços confinados – NR 33 (quando aplicável);

7.33 Cumprir o proposto no PGR, PCMSO e demais programas destinados à manutenção da segurança e saúde dos trabalhadores;

7.34 Contatar o gestor do contrato e/ou o setor de Segurança e Medicina do Trabalho da CESAMA se houver alguma dúvida relativa ao cumprimento destas orientações;

7.35 Utilizar as áreas de vivência (inclusive refeitórios) da CESAMA, quando possível e viável, para seus empregados ou manter permanentemente local adequado conforme legislação vigente, incluindo-se também a proteção contra intempéries;

7.36 Providenciar meios adequados para aquecimento das refeições, sendo proibido uso de fogareiros improvisados;

7.37 Fornecer água potável aos empregados no local de trabalho em condições e quantidades adequadas ficando proibido o uso de copos coletivos;

7.38 Manter próximo ao local de trabalho instalações sanitárias adequadas, inclusive com estrutura para higienização das mãos, etc. (quando necessário);

7.39 Atentar para adequação de alojamentos conforme legislação vigente (quando necessário);



7.40 Atender às exigências das Normas de Segurança no que tange à rampas, plataformas de trabalho, escadas de acesso, andaimes, etc., assim como a movimentação de cargas;

7.41 Manter a área de trabalho organizada;

7.42 Transportar os trabalhadores em condições adequadas conforme legislação vigente usando Vans, cabines suplementares, etc.;

7.43 Promover a sinalização de segurança em vias públicas deve ser dirigido para alertar os motoristas, pedestres e em conformidade com as determinações do órgão competente;

7.44 Escavar obedecendo às normas vigentes (inclusive NBR 9061/85) garantindo estabilidade do talude, sinalização adequada, colocação de material retirado e meio de acesso/saída da escavação;

7.45 Atentar para destinação correta de resíduos sólidos e líquidos, conforme legislação específica;

7.46 Apresentar ao Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho:

- a) Mensalmente relação de empregados atualizada;
- b) Relações de empregados capacitados e autorizados a trabalharem com instalações elétricas, trabalho em altura, espaço confinado, ou outras atividades e equipamentos que necessitem de mão de obra específica;
- c) Procedimentos de trabalho considerando a prevenção de exposição aos riscos de atividades rotineiras;
- d) Análises preliminares de risco de execução de tarefas não rotineiras.

7.47 A empresa deverá fornecer uniformes com as informações destacadas “A serviço da CESAMA” como também de forma destacada o “Logo” da empresa

CONTRATADA;

7.48 Todos os veículos a serem utilizados no contrato deverão ter identificação com informações destacadas “A serviço da CESAMA” como também de forma destacada o “Logo” da empresa CONTRATADA;

7.49 Todos os condutores de veículos e equipamentos móveis deverão ser habilitados (CNH) conforme classificação dos equipamentos;

7.50 Cada equipamento deverá ter sua capacidade de carga respeitada conforme legislação;

7.51 Para caminhões tipo caçamba que podem ser carregados de forma manual não poderá ter sua caçamba com altura superior a 2,00 m;

7.52 Ter um profissional Técnico de Segurança disponível para fiscalização e acompanhamento dos serviços;

7.53 Fazer utilização adequada de ferramentas técnicas legais fornecidas pelo mercado ficando proibida a construção de ferramentas de forma improvisadas e na inexistência do modelo no mercado a mesma para ser construída deverá ter um projeto com todas as especificações técnicas;

7.54 Não se devem desconsiderar outras normas regulamentadoras e/ou legislações aplicáveis;

7.55 No termo empregado devem-se entender trabalhadores próprios e/ou subcontratados;

7.56 Preencher o Relatório Diário de Obras em formato digital em aplicativo web disponibilizado pela CESAMA.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CESAMA**

8.1 Emitir o(s) pedido(s) de execução dos serviços através da Ordem de Serviço

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9200

**Missão** - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Qualificada, ou seja, com detalhamento preciso dos serviços a serem executados;

8.2 Efetuar todos os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas;

8.3 A CESAMA efetuará o pagamento apenas dos serviços executados, não restando obrigação de a CESAMA executar todo o valor provisionado no contrato.

8.4 Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

8.5 Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade e em desconformidade com o Termo de Referência, cabendo à CONTRATADA reparar o serviço sem qualquer ônus à CESAMA;

8.6 Fornecer pontos para instalações provisórias de energia elétrica e água necessários à execução dos serviços, estando esses em bom estado de conservação e armazenado em depósito da CESAMA.

8.7. Exigir o cumprimento de todos os itens deste Termo de Referência, segundo suas especificações e prazos.

8.8. A CESAMA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da empresa CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.9. Notificar a empresa CONTRATADA de qualquer irregularidade constatada, por escrito, para que seja sanada sob pena de incorrer nas sanções previstas.

8.10. Todas as requisições e notificações trocadas entre as partes devem ser feitas

por escrito.

8.11. Fiscalizar todos os insumos aplicados para que estejam dentro das especificações técnicas exigidas

## 9. JULGAMENTO

9.1 O critério de julgamento será o de **MAIOR DESCONTO**, representado pelo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO ÚNICO** que incidirá linearmente sobre Planilha Orçamentária – Anexo II, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

## 10. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

### 10.1 TÉCNICA / PROPOSTA

Os documentos referentes à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Regularidade Trabalhista conforme padrão CESAMA;

10.1.1. Certidão de registro do licitante e do seu responsável técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) do Estado de origem;

10.1.2. Prova que o responsável técnico faz parte do corpo técnico do licitante na data da apresentação dos documentos de Habilitação. Deverá ser comprovada esta condição como sócio, diretor, empregado, contratado ou através de declaração de contratação futura acompanhada da anuência do profissional;

10.1.2.1. A motivação da necessidade de comprovação de profissional habilitado no acompanhamento da execução dos serviços, objeto da licitação, tem respaldo no Decreto Federal 10.024/19, que regulamenta a licitação para aquisição de serviços comuns, incluindo os de engenharia. No seu artigo 3º, VIII, o Decreto define como serviço comum de engenharia as atividades que necessitam do acompanhamento profissional de engenharia nos termos da Lei 5194/66:

*“Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de **serviços comuns, incluídos os serviços***

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9200

*comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.*

*Art. 3º, VIII - **serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;***

Além disso, a classificação dos serviços de manutenção predial como serviço comum de engenharia fica claro na orientação técnica IBRAOP – IBR 002/09:

*“O IBRAOP – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas edita Orientações Técnicas, visando uniformizar o entendimento da legislação e práticas pertinentes à Auditoria de Obras Públicas. Esta OT – IBR 002/2009 define Obras e Serviços de Engenharia e foi elaborada com base em debates de âmbito nacional, por técnicos envolvidos diretamente com Auditoria de Obras Públicas e em consonância com a legislação e normas pertinentes. Visa uniformizar o entendimento quanto à definição de Obra e de Serviço de Engenharia, para efeito de contratação pela administração pública.*

**ORIENTAÇÃO TÉCNICA IBRAOP OT – IBR 002/2009**

#### **6. LISTA EXEMPLIFICATIVA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

**6.1. Conservação, reparação ou manutenção de:** Edificações; Vias Públicas; Rodovias; Ferrovias; Aeroportos; Portos; Hidrovias; Canais; Usinas hidrelétricas, termoelétricas, eólicas e nucleares; Barragens; Açudes; Gasodutos e oleodutos; Pontes e Viadutos; Túneis; Galerias; Adutoras, estações de tratamento e redes de distribuição de água; Redes e sistemas de tratamento de esgoto, Redes de drenagem e irrigação; Linhas de transmissão, redes de distribuição e subestações de energia elétrica; Muros de arrimo e obras de contenção; Refinarias, plataformas de prospecção e exploração de petróleo;”

10.1.3. Comprovação da capacidade profissional do responsável técnico pela execução dos SERVIÇOS que deverão ser feitos através de Certidões de Acervo Técnico (CAT) emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) acompanhadas do(s) respectivo(s) atestado(s) de responsabilidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem a

aptidão para desempenho de atividades similares;

10.1.4. Comprovação de capacidade operacional da empresa licitante, mediante a apresentação de Atestado(s) em nome da licitante, emitido(s) pelo contratante titular, obrigatoriamente pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação e especificação.

10.1.5. O item 10.1.4 refere-se à capacidade técnico operacional da empresa, ou seja, relativa à estrutura que a licitante possui para realizar os serviços e deve ser comprovada por meio de experiência na realização de contratos de serviços similares;

A referida exigência é necessária para a contratação de empresa apta e se limitou a comprovação de serviços similares.

Portanto além de necessária, a exigência está adequada, suficiente e pertinente ao objeto licitado, compatível com os requisitos estipulados pelo RILC em seu artigo 45 e na legislação e orientações pertinentes.

## **10.2. EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRO**

10.2.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.2.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (exigíveis e devendo ser apresentados na forma da lei, de acordo com a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; e ITG 1.000 – Manual de Contabilidade Simplificada para Micros e Pequenas Empresas), devendo ser observado o Princípio da Comparabilidade;

10.2.3. Demonstração de patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor global estimado no certame para utilização no período de 12 meses conforme

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9200

**Missão** - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

previsão no item 5.2 deste Termo de Referência;

#### 10.2.4. Comprovação de boa situação financeira apurada através dos índices:

a) Liquidez corrente maior ou igual 1,0 (um inteiro) calculado pela fórmula:  $LC = AC / PC$  Sendo LC = Liquidez Corrente, AC = Ativo Circulante e PC = Passivo Circulante;

b) **Grau de endividamento menor ou igual 0,80, calculado pela fórmula:**  $GE = (PC + PNC) / AT$  Sendo GE = Grau de endividamento, PC = Passivo Circulante, PNC = Passivo Não Circulante; e AT = Ativo.

**10.2.4.1 A adoção do índice de Grau de Endividamento menor ou igual a 0,80 busca aferir a boa situação econômico-financeira mínima das licitantes, considerando a natureza contínua, o vulto financeiro e a criticidade operacional dos serviços de manutenção civil e de áreas verdes em barragens. O parâmetro adotado preserva a necessidade de hígidez financeira compatível com as obrigações contratuais, sem impor restrição excessiva à competitividade do certame.**

## 11. PENALIDADES

11.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas no edital e seus anexos, inclusive no Contrato, a Contratada ficará sujeita às penalidades previstas no RILC - Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CESAMA, além das previstas neste termo de referência, no edital e no contrato.

11.1.1 O atraso injustificado na prestação dos serviços sujeita a CONTRATADA ao pagamento de multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) para cada dia de atraso, até o limite de 30% (trinta por cento), sobre o valor global do Contrato.

11.2. Pela inexecução, total ou parcial do Contrato, a CESAMA poderá aplicar à CONTRATADA isoladamente ou cumulativamente:

- a) advertência;
- b) multa meramente moratória, como previsto no **item 11.1.1** ou multa-penalidade de até 3% (três por cento) sobre o valor do Contrato;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9200

**Missão** - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.



CESAMA, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

## 12. CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

12.1 O contrato obedecerá às disposições da Lei Federal nº13.303 de 30/06/2016 e alterações posteriores, bem como as disposições deste Termo de Referência e preceitos do direito privado, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão.

12.2 São partes integrantes do Contrato, independente de transcrição, o Aviso de Licitação, o Edital e seus anexos, o Termo de Referência e a proposta do licitante vencedor e seus anexos.

12.3 O prazo de vigência contratual é de **12 (doze) meses** contados a partir da assinatura do contrato.

12.4 O contrato será executado sob o regime de contratação **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

12.5 O contrato poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, limitado a 05 (cinco) anos, de acordo com o art. 71 da Lei n.º 13.303/2016, por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, observada a oportunidade e vantajosidade.

12.6 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no Contrato estabelecidos no art. 81, §1º da Lei Federal nº 13.303/16.

12.7 Conforme o **art. 105, inciso X**, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama, toda prorrogação de prazo será justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente da CESAMA para celebrar o Contrato.

12.8 Sempre que for necessário crescer ou reduzir os valores e/ou prazos contratuais, as modificações procedidas deverão fazer parte de aditamento a ser assinado pelas partes. Eventuais acréscimos nas quantidades do objeto da licitação,

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9200

**Missão** - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

quando necessário, poderão ser admitidos desde que autorizados pela CESAMA, com base nos preços unitários contratados.

12.9 Para assinatura do Contrato a empresa deverá comprovar a regularidade de situação perante o INSS, o FGTS e a Justiça do Trabalho, através de certidões dentro do prazo de validade.

12.10 Para a efetiva contratação, o licitante vencedor deverá estar quite com a CESAMA, quando sediado ou domiciliado no município de Juiz de Fora/MG. Caso tenha algum débito, o mesmo deverá ser quitado para que o contrato possa ser assinado.

12.11 A empresa Contratada deverá iniciar a prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, no prazo de **15 (quinze) dias**, contados a partir da assinatura do Contrato e/ou da solicitação formal por parte da CESAMA.

12.12 O licitante vencedor se obriga a assinar o Contrato em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da notificação da CESAMA, respondendo pelos ônus dos tributos que incidam ou venham a incidir sobre o ato ou instrumento que o formalize conforme **art. 60** do RILC.

12.13 O prazo previsto **item 12.12** poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa do licitante vencedor e autorização da Cesama.

12.14 Decorrido o prazo do item anterior e não comparecendo o licitante vencedor para a assinatura do Contrato, o mesmo será considerado como desistente.

12.15 Ocorrendo a hipótese descrita no **item 12.14**, serão convocados, sucessivamente, para contratação os licitantes classificados imediatamente após o desistente, dentro dos prazos e nas mesmas condições do primeiro classificado, inclusive quanto ao preço oferecido, conforme art. 75 da Lei 13.303/2016 ou na impossibilidade de se aplicar o disposto no referido artigo a Cesama deverá revogar a licitação.

12.16 A Contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9200

contratuais e legais, poderá subcontratar partes do objeto, até o limite 30% (trinta por cento). Neste caso, a subcontratação deverá seguir os mesmos parâmetros aplicados à CONTRATADA, ficando esta, responsável perante a CESAMA pela perfeita execução dos serviços contratados;

12.16.1 A subcontratação dependerá de prévia ciência e anuência formal da CESAMA, mediante apresentação da identificação da subcontratada, escopo específico a ser subcontratado, comprovação de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação técnica compatível com a parcela do objeto.

12.16.2 É vedada a subcontratação do núcleo essencial do objeto, compreendido como a gestão, coordenação, responsabilidade técnica, planejamento, controle de qualidade, interface com a fiscalização da CESAMA e responsabilidade final pela execução dos serviços. A CONTRATADA permanecerá integralmente responsável perante a CESAMA por todos os atos praticados por suas subcontratadas, empregados, prepostos ou terceiros vinculados à execução contratual.

12.17 A empresa subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as exigências de qualificação técnica impostas ao licitante vencedor a serem verificadas no ato da assinatura de contrato.

12.18 É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado:

- a) do processo licitatório do qual se originou a contratação;
- b) direta ou indiretamente, da elaboração de projeto básico ou executivo.

12.19 Para emissão da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o visto ou o registro no CREA/MG tanto da sua empresa como do seu responsável técnico, caso não seja sediada em Minas Gerais;

12.20 A relação que se estabelece na assinatura do Contrato é exclusivamente entre a CESAMA e a CONTRATADA, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a CESAMA e a subcontratada.

### **13 DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9200

**Missão** - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

13.1 No que se refere à inexecução e a rescisão do contrato, aplica-se o disposto no Manual de Convênios e de Gestão e Fiscalização de Contratos, parte integrante do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC).

13.2 A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

13.3 Constituem motivo para rescisão do contrato os especificados no Manual de Convênios e de Gestão e Fiscalização de Contratos, parte integrante do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC).

13.4 A rescisão do contrato poderá ser:

- I. por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;
- II. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Cesama;
- III. judicial, nos termos da legislação.

13.5 A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I, do item acima, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada a outra parte com antecedência mínima de **45 (quarenta e cinco) dias**.

13.6 Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da Contratada poderá ter ainda direito a:

- I. devolução da garantia, quando houver;
- II. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- III. pagamento do custo da desmobilização, quando houver.

## **14. GARANTIA CONTRATUAL**

14.1 Para assegurar a plena execução do objeto contratual será exigida a garantia contratual de **5% (cinco por cento)** do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas

mesmas condições nele estabelecidas.

## **15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

15.1 A CESAMA exercerá a gestão e fiscalização geral dos serviços contratados, podendo, para esse fim, designar prepostos para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição, aos quais a CONTRATADA ficará obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos serviços, facultando-lhes o livre acesso as suas instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da CESAMA;

15.2 A fiscalização dos serviços pela CESAMA não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais;

15.3 A fiscalização verificará o cumprimento das especificações e aplicação dos métodos pertinentes, bem como quantidade, qualidade e aceitabilidade dos serviços;

15.3.1 A fiscalização deverá verificar, em cada medição, a aderência entre a Ordem de Serviço, os quantitativos efetivamente executados, a memória de cálculo, os registros de campo, as evidências fotográficas quando aplicáveis e os critérios de aceitação previstos no Caderno Técnico e demais anexos contratuais.

15.3.2 A execução por empreitada por preço unitário exige rigor na aferição dos quantitativos, de modo que não serão admitidos pagamentos por estimativa genérica, por disponibilidade não comprovada ou por serviços não autorizados formalmente pela CESAMA, ressalvadas situações emergenciais devidamente justificadas e posteriormente ratificadas pela fiscalização.

15.3.3 A fiscalização poderá glosar, total ou parcialmente, valores correspondentes a serviços executados em desconformidade, sem comprovação suficiente, sem aceite técnico, fora do escopo autorizado ou em desacordo com as especificações técnicas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.4 No caso de alguns dos serviços não estarem em conformidade com o contrato, a FISCALIZAÇÃO discriminará, por meio de relatório, as falhas ou irregularidades

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9200

encontradas, ficando a CONTRATADA, com o recebimento do relatório, cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis. À CONTRATADA caberá sanar as falhas apontadas, conforme prazo estipulado pela FISCALIZAÇÃO, submetendo os serviços rejeitados a nova verificação deste. Até que sejam sanadas as irregularidades pela CONTRATADA e aceitas as correções pelo fiscal, não estará autorizada a emissão de documentos de cobrança;

15.5 A fiscalização poderá sustar qualquer trabalho que esteja em desacordo com o disposto no contrato;

15.6 A fiscalização da CESAMA paralisará os serviços quando constatado risco grave e iminente aos empregados da CESAMA, da CONTRATADA, do(s) subcontratado(s) e terceiros, na conformidade dos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente;

15.7 Em caso de embargo, interdição ou paralisação dos serviços, a CESAMA determina que todas as medidas sejam tomadas pela CONTRATADA no sentido de manter o local da ação devidamente protegido e resguardado, de maneira a não oferecer riscos a terceiros e ao meio ambiente;

15.8 A CESAMA se reserva o direito de fazer outras exigências à CONTRATADA, sempre que julgar necessário, para a proteção da integridade física dos trabalhadores durante o exercício das atividades e de terceiros, assim como dos seus bens, das suas propriedades e do meio ambiente;

15.9 Quaisquer exigências da FISCALIZAÇÃO, inerentes ao fiel cumprimento do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a CESAMA;

15.10 A CESAMA se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues, bem como os materiais utilizados, se em desacordo com o contrato, edital e seus anexos. Os serviços não aceitos pela FISCALIZAÇÃO serão glosados da planilha de medição. Caso o documento de cobrança tenha sido emitido antes da aceitação dos serviços pela FISCALIZAÇÃO, o pagamento poderá ser feito desde que glosado o valor referente às parcelas não aceitas;

15.11 Mediante autorização da CESAMA, poderão ser alteradas em parte, as especificações, desde que os novos materiais a serem empregados sejam equivalentes técnicos, além de equivalentes em preço e qualidade aos especificados nos projetos e sem que a alteração prejudique a estrutura, a segurança, a estética, a finalidade, o preço e o prazo de entrega do serviço;

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9200

15.12 Findo o prazo de execução do objeto e caso os serviços ainda não estejam concluídos, a FISCALIZAÇÃO comunicará o fato à autoridade da CESAMA, através de termo circunstanciado no qual discriminará os serviços não concluídos. Neste caso, a CONTRATADA apresentará justificativa e poderá estar sujeita às sanções previstas neste contrato, sem prejuízo das demais sanções legais;

15.13 A CONTRATADA apresentará à CESAMA, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da emissão da Ordem de Serviço, o que segue:

15.13.1 Comprovação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços, com a definição dos seus responsáveis;

15.13.2 Cronograma atualizado dos serviços a serem executados, bem como o nome e contatos do engenheiro indicado na qualificação técnica como responsável técnico pelos serviços e demais anotações pertinentes; e

15.13.3 Indicação de um engenheiro, que será o responsável perante a CESAMA para tomar quaisquer decisões que forem necessárias ao perfeito andamento dos serviços;

15.14 Caso a CONTRATADA e CESAMA identifiquem eventuais serviços imprevisíveis, não especificados neste instrumento e em seus anexos, mas necessários à sua conclusão, será elaborado pelas partes proposta de orçamento visando a análise e formalização de Termo Aditivo;

15.15 O orçamento a que se refere o item 15.14 terá como parâmetro para itens não contemplados na planilha contratual, a composição de preços elaborada pela “SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil”, no mês base do orçamento (março/2026 – Onerado), aplicando-se o desconto ofertado na licitação e como limites as disposições legais;

15.16 O início e a conclusão de cada etapa de serviços deverão ser comunicados à FISCALIZAÇÃO da CESAMA através do Relatório Diário de Obras e previamente aprovados por esta.

## **16. DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1 A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza



empregatícia ou de responsabilidade entre a CESAMA e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela Contratada para a execução do objeto contratual, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

16.2 A CESAMA e a Contratada poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos do artigo 81, inciso VI, da Lei n. 13.303/16, por novo pacto precedido de cálculo ou de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

16.3 A CESAMA reserva para si o direito de não aceitar nem receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto no Manual de Convênios e de Gestão e Fiscalização de Contratos, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC), assim como aplicar o disposto no inciso VI do artigo 29 da Lei nº 13.303/16, sem prejuízo das sanções previstas.

16.4 Qualquer tolerância por parte da CESAMA, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela Contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a CESAMA exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

16.5 A Contratada, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, à CESAMA, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se à CESAMA o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

16.6 A Contratada guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações ou documentos fornecidos pela CESAMA ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedadas todas ou quaisquer reproduções dos mesmos, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término.

16.7 Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada durante a execução do objeto contratual serão de exclusiva propriedade da CESAMA, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização da CESAMA, sob pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação.

16.8 A contratação será formalizada mediante celebração de contrato, nos termos do **art. 98, do RILC**.

16.9 Aplica-se à esta contratação a Lei Federal 13.303 de 30 de junho de 2016, e alterações posteriores, inclusive aos casos omissos, bem como a Lei nº 12.846 – Anticorrupção, a Política Anticorrupção, o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, o Código de Ética da CESAMA, e a legislação municipal civil e ambiental aplicáveis ao objeto da contratação como também, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.

16.9.1. Toda e qualquer atividade de tratamento de dados deve atender às finalidades e limites previstos na contratação e estar em conformidade com a legislação aplicável, principalmente, mas não se limitando à Lei 13.709/18 ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD").

16.10 A CESAMA, constituída na forma de empresa pública, não é contribuinte do ICMS, observando, portanto, o regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS – SEFAZ/MG), em seu Anexo IX, Capítulo XXXVI, que dispõe:

*Art. 304-A. Na hipótese de operação tendo como destinatário pessoa não contribuinte do imposto, a mercadoria poderá ser entregue neste Estado em local diverso do endereço do destinatário, desde que no campo “Informações complementares” da nota fiscal constem a expressão “Entrega por ordem do destinatário” e o endereço do local de entrega.*

---

Luiz Eduardo O. Cunha  
Assessor da Diretoria - DP

Autorizado/Aprovado por:

---

Lincoln Santos Lima  
Diretor Presidente